

## REQUERIMENTO № , DE 2023.

( Do Sr. Bruno Farias)

Requer a revisão do despacho de distribuição do Projeto de Lei nº 2.852, de 2019, para inclusão da Comissão de Administração e Serviço Público.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 17, II, a; 32, XXX, b; e 139, II, b, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inclusão da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), no despacho inicial aposto ao Projeto de Lei nº 2.852, de 2019, que estabelece a obrigatoriedade do uso de madeira certificada por todos os órgãos da Administração Pública.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O despacho inicial do Projeto de Lei nº 2.852/2019, de autoria do Sr. Felipe Carreras, prevê a apreciação da matéria pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR; de Trabalho - CTRAB; de Finanças e Tributação - CFT; e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

O referido projeto estabelece que toda a madeira utilizada em papelaria, móveis e obras da Administração Pública ou por ela apoiadas e financiadas deve, obrigatoriamente, utilizar apenas madeira certificada. Dessa forma, após análise técnica,

Diante do exposto, requeiro a revisão do despacho aposto ao projeto em destaque, de modo a incluir a Comissão de Administração e Serviço Público e excluir a Comissão de Trabalho.

> Sala da Comissão, em de agosto de 2023.

## Deputado Bruno Farias

Presidente da Comissão de Administração e Serviço Público



